

## FORMAÇÃO DAS ELITES E A EDUCAÇÃO NO BRASIL EM ROBERTO C. SIMONSEN

Terezinha Oliveira\*

Claudinei Magno Magre Mendes\*\*

**RESUMO:** Neste artigo, analisamos o modo como Roberto Simonsen trata a educação, vinculando-a à questão da necessidade da formação de uma nova elite intelectual no Brasil, condizente com o novo ambiente político, social e econômico que estava se constituindo. Passando da teoria à prática, Simonsen participa da criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933. Suas considerações sobre essa criação fornecem elementos para analisarmos a crítica que fazia ao sistema educacional existente e as qualificações que postulava para a nova elite no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; elite; política econômica.

### ELITE FORMATION AND EDUCATION IN BRAZIL IN THE VIEW OF ROBERTO C. SIMONSEN

**ABSTRACT:** In this article we are analyzing the way Roberto Simonsen deals with Education. He links it to the necessity of the formation of new intellectual elite in Brazil who would be suitable with the new political, social and economical environment that was arising. From theory to praxis, Simonsen participated of the Free School of Sociology and Politics of São Paulo creation in 1933. His considerations about the creation of that school provide elements to analyze the critics that he stated to the Educational system of the time and the skills the new elite in Brazil took for granted.

**KEY WORDS:** Education, elite, economical policy.

### INTRODUÇÃO

São poucos os trabalhos relativos a Roberto C. Simonsen. No rico universo do pensamento político brasileiro da primeira metade do século XX, onde despontam autores que marcaram de forma decisiva nossa própria história, além de terem estabelecido matrizes da sua interpretação, como é o caso de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna, Caio Prado Jr., entre outros, Simonsen foi injustamente relegado a um plano secundário. Talvez sua condição social, um empresário, fundador e participante ativo de associações de classe, como a FIESP, tenha contribuído para essa situação. Qualquer que seja o motivo, o fato é que ele não mereceu, por parte dos cientistas sociais, a mesma atenção que foi dispensada aos autores acima mencionados. Entretanto, Simonsen foi, sem sombra de dúvida, um dos personagens mais importante da história brasileira da primeira metade do século XX. Suas idéias e proposições, ainda que não tenham sido sempre vitoriosas, fizeram com que o curso da nossa história se modificasse de forma decisiva.

Com efeito, pertencendo à tradição industrialista, defensor de um protecionismo que deixasse o setor privado livre para poder promover a industrialização do país, Simonsen, ainda que não concordando inteiramente com o caminho que começou a ser trilhado pela história brasileira a partir da

Revolução de 1930, viu suas propostas gerais serem colocadas em prática. Assim, a partir de então, assistimos a uma crescente intervenção do Estado na economia, com o intuito de promover a industrialização brasileira, indo, deste modo, ao encontro das idéias expandidas por Simonsen. Mas, não iremos tratar disso, nem das suas divergências como regime instalado, entre elas, a questão da legislação trabalhista. Nesse artigo, trataremos das suas idéias relativas à necessidade da formação de uma nova elite, condizente com as necessidades colocadas pelas novas condições sociais e políticas do Brasil. Isso não apenas o levou discutir a educação no Brasil, como tantos outros o fizeram nesse período, como fez com que estivesse à frente da criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933. Simonsen considerava essa escola a instituição capaz de criar a elite que julgava o Brasil.

Tendo nascido em 1889, Roberto Simonsen começou a trabalhar e a escrever na década de 1910. Mas, foi principalmente nas décadas de 30 e 40 que o vemos na plenitude de sua atividade política e de escritor. Esse é o período que nos interessa mais de perto. Trataremos, nesse texto, das suas formulações sobre a questão educacional ao longo dessas décadas, particularmente por ocasião da criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. No entanto, valeremos, também, de suas considerações sobre o ensino profissionali-

\*DFE/PPE – Professora Doutora do Depto. de História - UEM

\*\*DHI – Professor Doutor do Depto. de História - Unesp/C. de Assis

zante, que fez em diversas oportunidades, sempre ligadas ao SENAI, criado em 1942.

Ao analisarmos a questão educacional em um personagem como Simonsen, é preciso, primeiramente, fazer algumas considerações de ordem teórico-metodológicas. Elas giram em torno do fato de estarmos estudando a ação e o pensamento político-educacional de um membro da classe dominante e/ou dirigente. Invariavelmente, quando se dedica a análises dessa natureza, corre-se uma dupla ordem de risco, que o pesquisador precisa ficar atento. A primeira ordem é a de tomar uma posição extrema com relação ao personagem. Pode-se, nesse caso, tanto fazer sua apologia como uma crítica pela posição social e política que ocupou. Em ambas as situações, há um grave equívoco, pois se analisa o personagem fora das condições históricas em que viveu. A segunda ordem de risco que corre aquele que se dedica a esse tipo de estudo é que, invariavelmente, há sempre uma expectativa de uma espécie de pesquisa-denúncia. Assim, um estudo que procura analisar um personagem como Simonsen dentro das condições históricas em que viveu pode ser olhado com desconfiança. Com efeito, como se parte, de um modo geral, do pressuposto que, em virtude do personagem pertencer à classe dominante, necessariamente seu pensamento é ideológico. Não se poderia, assim, examinar as questões da sua época por meio desse pensamento. O máximo que se poderia fazer seria sua “desconstrução”.

Constitui um equívoco julgar não ser possível, por meio da obra de um membro da classe dominante apreender aspectos importantes do processo histórico. Determinados autores/personagens, com efeito, pela sua trajetória de vida, pelos postos que ocuparam na vida pública, oferecem uma perspectiva privilegiada para o estudo do processo histórico. Roberto C. Simonsen é um desses casos. A posição ocupada por Simonsen na história do Brasil na primeira metade do século XX, especialmente a partir dos fins da década de 20 até sua morte, em 1949, é bastante privilegiada. Inclusive, não são poucos os estudiosos que, tratando de Simonsen, não tenham chamado a atenção para o fato de ter sido um líder e um ideólogo de sua classe.<sup>1</sup> Bielschowsky, por exemplo, considera-o o maior líder industrial do Brasil.<sup>2</sup> Isso só é suficiente para entendermos que, nessa condição, necessariamente, teve uma participação direta nos acontecimentos e nos debates verificados ao longo das décadas de 30 e 40, principalmente em torno da questão industrial. Assim, tendo-se inserido na vida política nacional por meio de postos de comando que assumiu nas entidades representativas do empresariado nacional, Simonsen manteve-se sempre em uma privilegiada localização institucional. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 81-82) Acreditamos, assim, que essa posição privilegiada permite-nos, acompanhando sua trajetória, apreender aspectos importantes da história brasileira.

Observa Bielschowsky que, ao longo de sua vida, Simonsen disseminou sua concepção desenvolvimentista “numa militância político-intelectual que correspondeu a uma verdadeira jornada ideológica.” Nessa militância, um dos

principais aspectos teria sido a de criar entidades de estudo e de discussão em diferentes organismos. (Idem, p. 82) Entre as entidades de que participou de sua criação encontra-se a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, fundada em 1933. A participação de Simonsen na criação dessa escola, assim como na do SENAI, mostra-nos preocupado com questões ligadas à educação e ao ensino. Consideremos, pois, como esse líder industrialista tratou dessas questões.

### A Questão Educacional em Simonsen

A Revolução de 1930 constitui um marco na história do Brasil. Independentemente de sua interpretação, o fato é que esse acontecimento abre caminho para mudanças significativas nos vários setores da sociedade brasileira. É verdade que muitas questões já vinham sendo agitadas antes mesmo da sua eclosão, tanto assim que verificamos a presença de reformas e inovações em vários setores da vida social anterior a 1930. Mas é somente com a Revolução que se abrem as possibilidades de fazer mudanças mais radicais nos diferentes setores da sociedade. Desde a educação até a política econômica do governo, passando por outras questões, como a social, verificamos uma reformulação profunda praticamente em todos os setores. No que diz respeito à educação e ao ensino, a Revolução de 1930, ao mesmo tempo em que criou as condições para uma ampla reforma, colocou em destaque as deficiências de uma educação e de um ensino que não estavam adequados às novas circunstâncias históricas.

Simonsen observou que, no que dizia respeito à elite dirigente, a Revolução de 30 mostrara não estar suficientemente preparada para atender as novas exigências históricas. Ela teria revelado que o contingente dos homens de Estado era pequeno e que era profunda a ignorância da “verdadeira situação social” do Brasil, condição para levar adiante as reformas necessárias. (SIMONSEN, 1973, p. 464) Com a Revolução, o processo de industrialização, já em curso nas décadas anteriores, ganhou um enorme impulso após 1930, principalmente depois de 1937. Simonsen destacou ser a mão-de-obra no Brasil deficiente, colocando como necessidade premente a formação de uma mão-de-obra condizente com as necessidades da indústria brasileira.

Entre os estudiosos, a questão da formação da mão-de-obra nessa época no Brasil costuma ser vinculada, de um modo geral, apenas ao processo de industrialização. No entanto, ainda que seja verdade que essa formação estivesse ligada diretamente a esse processo, ela não foi tratada, pelos

<sup>1</sup> Ideólogo, aqui, no sentido que soube externar os interesses e os sentimentos de sua classe ou de parte dela.

<sup>2</sup> Cunha considera-o o principal porta-voz dos industriais. (Cunha, 2000, p. 30) Lima, por seu turno, escreve que “foi o mais combativo e o mais coerente industrialista que o Brasil já teve.” (Lima, 1976, p. 159) Apesar de suspeito de exaltar sua figura, Lima chama também a atenção para seu papel de líder de sua classe na medida em que participou da fundação do Centro e mais tarde da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, bem como dirigiu ambas as entidades. (Idem, p. 166)

contemporâneos, unicamente como uma questão meramente técnica. Ela o foi, também, considerada como uma questão política. Não são poucos os autores que, de um modo ou outro, chamaram a atenção para esse aspecto. Igualmente entre alguns estudiosos, o aspecto político da formação da mão-de-obra foi destacado. Em sua obra *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*, Cunha traça o quadro político do qual teria resultado a criação do SENAI. Esse quadro não é simplesmente técnico, mas, igualmente, político. O autor ressalta, entre outros aspectos, o papel do Estado, como indutor da iniciativa privada e como árbitro dos conflitos entre patrões e empregados, ou seja, o SENAI foi criado em um momento em que o Estado assumia um novo papel na relação entre capital e trabalho. (CUNHA, 2000, p. 5) A questão política igualmente é destacada quando esse autor trata da maneira como se obtinha, até então, os operários qualificados para a nascente indústria no Brasil. Segundo ele, na medida em que a maquinaria das primeiras indústrias tornava-se mais complexa, os operários eram buscados no exterior. Isso acarretava dois problemas. Primeiro, os operários contratados guardavam para si o monopólio da operação da máquina, não se formando, em consequência, substitutos locais. Segundo, esses mesmos operários traziam idéias e experiências de lutas operárias, como a paralisação do trabalho e a organização sindical. Para evitar esses problemas, teve início uma ideologia de valorização do trabalho do “elemento nacional”. Junto com a mudança ideológica, as exigências do próprio processo produtivo passaram a requerer trabalhadores que não poderiam resultar de processos aleatórios. (Idem, p. 6) Tornava-se necessária, assim, uma formação sistemática da mão-de-obra, para atender a demanda da indústria, mas uma mão-de-obra que tivesse uma formação técnica e política. Frigotto é ainda mais claro. Observa que o SENAI incorporou como “missão” moldar moralmente o trabalhador ao ideário industrial e da conciliação entre capital e trabalho, além, evidentemente, do ensino industrial. Não se tratava, dessa maneira, de uma mera formação técnica da força de trabalho, com o objetivo de atender as necessidades da indústria. Era uma formação que tinha um componente político. Ressalta, assim, que o projeto pedagógico encontrava-se dentro de uma perspectiva produtivista de caráter adestrador, utilitarista e pragmático. Finalizando, observa que o período abrangido pelos anos que vão de 30 a 80 constituiria o auge e o declínio do sistema taylorista-fordista de regulação social. (FRIGOTTO, 2000, p. VI)

Vemos dessa maneira que, ainda que o ensino técnico fosse criado para atender as exigências de uma nova etapa da industrialização, o fato é que foi organizado em um momento político bastante determinado, qual seja, quando estava ocorrendo uma mudança significativa no trato das questões operárias. Sob esse aspecto, o próprio ensino técnico sofria as injunções do momento político. Aliás, não deixa de ser interessante as observações de Cunha a respeito das preocupações relativas à educação e à formação da mão-de-obra contidas no programa da Aliança. Esse autor chama a atenção para o fato de que o governo instituído pela Revolução de 30 não tinha

propriamente um projeto educacional a ser desenvolvido: “Poucas e fragmentadas eram as referências, no seu programa, à questão educacional e à formação da força de trabalho.” Os ensinos secundário e superior, segmentos do aparelho escolar destinados à educação das elites, tinham merecido todo um item da plataforma. Por outro lado, a educação aparecia igualmente no tópico relativo à “questão social”, o que é bastante sintomático. Nele, afirmava-se que o “proletariado urbano e rural necessitava de ‘dispositivos tutelares’, entre os quais a educação e a instrução, particularmente as ministradas pelas escolas técnico-industriais e agrárias.” (Idem, p. 18) Mas, se as questões educacionais não estavam claramente formuladas, as questões políticas o estavam claramente. Além disso, como lembra esse autor, a parte do programa da Aliança relativa à “questão social” foi integralmente aplicada pelo governo provisório.

Também Simonsen preocupou-se com o ensino profissionalizante ao longo de sua vida. Igualmente não o tratou apenas sob o ponto de vista técnico. Em suas formulações, o conteúdo político se fazia presente. Vejamos, pois, alguns momentos em que o autor deixou claro que o tema ensino profissionalizante era, da mesma forma, uma questão política, ou seja, o objetivo era, além da formação técnica, criar um trabalhador que aceitasse as regras do jogo capitalista. Em discurso pronunciado em 1946, por ocasião da instalação do 1º Conselho Consultivo do SESI, que Carone define como uma “entidade ligada à Federação das Indústrias e destinada ao combate ao comunismo” (SIMONSEN, 1973, p. 476), Simonsen observa que o SESI, “(...) pelo espírito que o inspirou e pela estrutura funcional que lhe foi dada, exercerá, também, uma missão pedagógica e educacional de nítidos valores éticos e sociais. A educação técnico-profissional dos nossos trabalhadores (...) estava a exigir uma complementação que possibilitasse a plena formação cívica do Homem trabalhador, integrado em seu grupo profissional e social”. (Idem, p. 449)

Completa o autor observando que a missão pedagógica do SESI, no plano ético-educacional, é justamente “dar uma fisionomia cristã e brasileira à formação cultural dos nossos operários, fazendo-os co-participar, ao lado das demais classes sociais, da fruição das riquezas do espírito.” (Idem, *ibidem*) Assim, indo além da visão restrita do técnico, que valoriza, segundo ele, os aspectos particulares do espírito, Simonsen não quer deixar abandonado esse terreno “à insinuação sutil de idéias e doutrinas que desfiguram as tradições e deformam o homem” (Idem, *ibidem*). Destacando ser o SESI uma força educativa, um órgão de concórdia, Simonsen afirma que constitui um autêntico aparelho público de educação: “Estará

em função menos – como precipuamente é o seu fim – da específica educação apenas dos nossos trabalhadores, do que uma política geral do país, (...) para a apreciação e valorização da democracia, para a mais conveniente formação do cidadão brasileiro.” (Idem, p. 450)

Vemos, assim, que para ele não era suficiente a formação da mão-de-obra em seu aspecto técnico. Não estava em jogo apenas o processo de industrialização do Brasil. Igualmente estava uma questão política, qual seja, enfrentar a questão social de uma maneira nova, de acordo com as exigências das condições que estavam sendo produzidas com a formação de uma classe operária no Brasil. Era necessário, portanto, adotar novas práticas, entre elas a de uma educação profissional e política para o operário, fazendo-o participar, como trabalhador e como cidadão, da sociedade burguesa que então se consolidava no país. De passagem, ressalte-se que, nesse mesmo discurso, Simonsen observa que a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo instituiria um curso especial para a formação de funcionários do SESI. (Idem, p. 448)

Simonsen, no entanto, não se preocupou somente com o ensino profissionalizante. Especialmente a partir da Revolução de 1930, ele tratou com mais empenho do que denominou de *formação das elites*. Como destacamos, chamou a atenção para o fato de que a Revolução tinha revelado a falta de pessoal qualificado para ocupar-se das novas tarefas que haviam sido criadas. Percebeu, assim, que a nova organização da produção no Brasil, baseada na industrialização, e as novas condições políticas, exigiam, igualmente, novos dirigentes ou, como costumava dizer, uma nova elite. Essa nova elite deveria estar apta para enfrentar o ambiente político e econômico que estava em curso de formação. Julgamos que a questão da formação de uma elite no Brasil constitui, sob o aspecto da educação e do ensino, a questão que melhor permite analisar o modo como Simonsen se inseria no debate político de sua época. Por isso, não abordaremos, nesse texto, a questão da educação profissionalizante. Deter-nos-emos, antes, na questão relativa à formação das elites.

### A Formação das Elites

Em diversas oportunidades, Simonsen tratou da formação das elites no Brasil. Todas estavam ligadas às atividades relativas à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

Provavelmente, a mais importante delas foi por ocasião da sua criação. E, necessariamente, isso teria que ocorrer, já que a Escola fora criada, explicitamente, para formar essa nova elite, que Simonsen tanto encarecia. No discurso de fundação, ele tratou tanto da necessidade da formação de uma elite dirigente como traçou uma espécie de programa para sua formação. Fez considerações sobre algumas ciências, humanas ou não, que deveriam compor o currículo dessa escola, e sobre alguns autores e doutrinas que deveriam constituir-se em diretrizes dessa formação. Igualmente na Introdução à sua *História Econômica do Brasil*, publicada em 1937, Simonsen faz referência à Escola. Nela menciona o manifesto de 1933 que deu origem à ela. De acordo com esse autor, em princípios de 1933, um grupo de paulistas lançou um manifesto, onde afirmavam que, na medida em que não puderam fazer o seu ponto de vista triunfar pela força das armas, compreendiam “a profunda desarmonia” que existia entre suas “aspirações e a realidade político-econômico-social do país.” Para resolver esse problema, pregavam a necessidade de se criar escolas de formação de “elites”, onde se divulgassem noções de política, sociologia e economia. (SIMONSEN, 1962, p. 19)

É importante lembrar aqui, alguns aspectos acerca dessa obra. Com efeito, Simonsen, além de ser um dos fundadores da Escola, foi encarregado da cadeira de História da Economia Nacional. Esse curso deu origem à obra *História Econômica do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1937.<sup>3</sup> Ela constitui uma excelente fonte para se estudarmos o viés que se imprimia na formação da elite. De fato, como há uma interpretação própria da história do Brasil nessa obra, é ela que informava essa formação, seja quanto à sua concepção da história do Brasil, seja quanto aos princípios da doutrina econômica que embasava a interpretação. Voltaremos a essa questão mais adiante. Analisaremos, agora, a criação da Escola Livre de Sociologia e Política, já que ela está, como observamos anteriormente, estreitamente associada à proposta de formação da elite no Brasil.

### A Criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo

Costuma-se explicar a criação dessa escola como uma resposta dos paulistas para recuperarem sua influência política, perdida na Revolução de 1930 e na derrota em 1932. (KANTOR et alli, 2001, p. 13-14 e 101) Entretanto, da leitura de textos de Simonsen depreende-se que a questão

3 “Foi (...) um dos criadores da Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo, em 1933, onde, como professor da cadeira de história econômica brasileira, foi levado a elaborar o estudo que se converteu no famoso compêndio pioneiro sobre a *História econômica do Brasil (1500-1820)*, publicado pela Cia. Editora Nacional.” (Bielschowsky, 2000, p. 82)

<sup>4</sup> O manifesto foi reproduzido na obra organizada por Kantor et alli. É dela a citação das referências.

da formação de uma elite era muito mais ampla e profunda. Pode-se dizer que, no que respeita à Escola, olhava-se mais para o presente e para o futuro do que para o passado. Eram, em última instância, as condições políticas do presente que preocupavam. Os textos de Simonsen relativos à Escola e mesmo seus comentários são de extrema importância para se entender as preocupações políticas que o assaltavam. Como observa Cunha, a Escola representava, de fato, suas idéias. (p. 107) Fica claro nos textos mencionados que o líder industrialista não pensava essa escola como um meio de recuperar o prestígio dos paulistas, até porque não se identificava com o antigo prestígio. Ao contrário, Simonsen defendia uma escola vinculada aos novos tempos. Eles se caracterizavam, basicamente, pela industrialização e pelo protecionismo, ou melhor, pela industrialização via protecionismo e, de outro, pelo novo trato que se deveria ter nas relações entre capital e trabalho. O fundador da FIESP criticava a elite existente e o conhecimento que era lhe ministrado. De acordo com o autor, o surto cafeeiro, pós-independência, teria criado consideráveis fontes de riqueza que obscureceram nos homens de governo a visão precisa das verdadeiras condições de precariedade e de atraso em que se encontra a maior parte do país. Além disso: “A soma de recursos, que nos proporcionou esta monocultura em uma grande zona do planalto, permitiu a instalação de instituições políticas copiadas da civilização ocidental, e a proliferação de um bacharelismo que cultivava a criação de uma casta de administradores inteiramente divorciada da verdadeira realidade social e econômica da maioria do país.” (SIMONSEN, 1943, p. 18. Grifos nossos)

Simonsen pensava em uma nova elite, distinta da que existia até então, com uma formação completamente diferente e nova. No discurso de fundação da Escola, contrapôs o que se esperava dela com o que então existia: “(...) ao invés de um instituto de simples divagações acadêmicas, a escola (...) destina-se precipuamente a intensificar a adaptação do homem ao meio, sob a égide da ciência, da experiência e da observação, obedecendo a uma orientação prática.” (Idem, 1933, p. 7) Aos seus olhos, a Escola diferenciava-se mesmo das novas instituições de ensino que estavam sendo criadas. Observa, pois, que a principal finalidade da mesma era fomentar a criação de verdadeiras elites administrativas. (p. 13) Para destacar esse papel, compara o seu programa com o da Faculdade de Filosofia, que havia sido recentemente criada. Enquanto essa última teria como objetivo preparar professores para as escolas secundárias e elementos especializados nas ciências básicas com alta cultura geral, a Escola Livre visava “principalmente, preparar especialistas que estejam detalhadamente a par dos problemas sociais e econômico-políticos da administração em geral e da administração pública em particular. Já aqui não se trata apenas do estudo da ciência pura.” (Idem, p. 13-14) Não é casual, pois, que os alunos das primeiras turmas (até 1939)

fossem pessoas de outras profissões. (KANTOR et alli, 2001, p. 16) Essas pessoas buscavam uma formação que, diga-se de passagem, as escolas existentes não forneciam, e que lhes permitisse ocupar cargos administrativos. Como observa Simões, “Numa primeira fase, entre os anos de 1933 e 1939, a Escola de Sociologia e Política surgia como um centro de estudos voltado para a compreensão científica da realidade brasileira e que visava formar quadros técnicos qualificados em ciências sociais para atuarem nas nascentes instituições públicas de planejamento econômico e desenvolvimento social.” (Idem, p. 14)

No manifesto<sup>4</sup> de fundação da Escola, assinado por pouco mais de cem pessoas, entre elas Simonsen, afirma-se que, ao longo da história brasileira, as tentativas de reorganizar a vida do país tinham malogrado. Isso decorreria de vários e diferentes fatores, dentre os quais se destacaria, pelo seu caráter básico, “a falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, ao par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender antes de agir, o meio social em que vivemos.” (Idem, p. 157) Os instrumentos e processos de ensino em vigor não atendiam à essas necessidades. Se formavam profissionais distintos e especialistas notáveis, “acoroçoam, por outro lado, especulações individualistas, pesquisas isoladas, e o malsinado autodidatismo, gerador de planos e concepções de caráter pessoal.” (Idem, p. 157-158) Era preciso, assim, além de organizações universitárias sólidas, “um centro de cultura político-social.” (Idem, p. 158) A fundação da Escola visava, justamente, atender essa necessidade. Conclui o manifesto fazendo uma afirmação no mínimo corajosa. Afirma-se aí que a história universal mostrava exemplos de grandes civilizações construídas sem base na educação popular, mas não se encontrava exemplo de nenhuma civilização que não tivesse “por alicerce elites intelectuais sábia e poderosamente constituídas.” (Idem, p. 158) Como destacamos acima, coube a Simonsen proferir o discurso de fundação da Escola. Vale a pena examinar algumas questões abordadas nesse discurso, já que nele estão expostos os motivos e as diretrizes da Escola.

### **Considerações em Torno do Discurso de Fundação da Escola**

Simonsen inicia seu discurso citando uma passagem do manifesto de fundação, onde se lê que os esforços para reorganizar o país foram sempre malogrados. Dentre os fatores que teriam provocado a situação de desequilíbrio em que se encontrava o Brasil estaria, com destaque, por seu caráter básico, “a falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, ao par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social em que vivemos.” (SIMONSEN, 1933, p. 5) Essa passagem, com a qual Simonsen concorda inteiramente, expressa um aspecto interessante a ser considerado, que é a preocupação em sintonizar-se com o que ocorre no mundo, aprendendo com a experiência alheia, principalmente no que diz respeito aos conflitos sociais. É com essa experiência que

a Escola pretende instruir a nova elite no Brasil.

Exatamente por isso, Simonsen entende que sua escolha para fazer o discurso não era casual. Tinha o intuito de patentear ao público que, “ao invés de um instituto de simples divagações acadêmicas”, a escola destinava-se “intensificar a adaptação do homem ao meio, sob a égide da ciência, da experiência e da observação, obedecendo a uma orientação prática.” (Idem, p. 7) Assim, para ele, a Escola Livre era “uma instituição indispensável ao meio e ao momento que vivemos.” (Idem, p. 10) Dentre os diversos aspectos que deveriam compor, na opinião de Simonsen, a formação da elite no Brasil, dois merecem ser destacados. O primeiro diz respeito à doutrina e política econômicas. O segundo relaciona-se às novas ciências que deveriam compor o currículo. Quanto ao primeiro, Simonsen defende uma formação baseada na doutrina protecionista. Faz, por isso, críticas ao liberalismo e ao socialismo. Todavia, ressalta que a intervenção do Estado na economia não poderia sufocar nem substituir a iniciativa privada.

O discurso de colação de grau dos primeiros bacharéis em ciências políticas e econômicas, proferido por Simonsen, em 1937, reforça a afirmação de que o ideário protecionista deveria fazer parte da formação da elite. Nele aborda a necessidade do desenvolvimento industrial brasileiro, caracterizando-o como o grande desafio do presente. Afirma, então, que, no dia em que se formar no Brasil uma grande elite, ele não terá dúvidas de que “surgirá uma nova campanha abolicionista, em torno do grande programa da nossa emancipação econômica.” (Idem, 1943, p. 35) Também a *História Econômica do Brasil* é um texto onde se faz a defesa do protecionismo como a política adequada aos interesses do Brasil. Nela, Simonsen afirma que a investigação dos entraves que dificultam a “evolução progressista” do Brasil constitui um dos objetivos dessa obra. E que, para superar esses entraves, era preciso uma “consciência nacional” das aspirações e necessidades do Brasil. A formação dessa consciência era, então, um dos objetivos da Escola Livre de Sociologia e Política. Assim, analisando o Tratado de 1810, Simonsen faz o seguinte comentário acerca do manifesto onde

D. João VI justifica os tratados à luz do sistema liberal:

Não era essa, infelizmente, a política comercial que conviria a um país como o nosso, que apenas iniciava a sua economia independente.

Tínhamos que abraçar, àquele tempo, política semelhante à que a nação norte-americana seguiu no período de sua formação econômica. Produtores de artigos coloniais, diante de um mundo fechado por “políticas coloniais”, tornamo-nos, no entanto, campeões de um liberalismo econômico na América. E os resultados de tal política estão registrados em nossa História Econômica. Parece-nos, porém, que até hoje ainda não soubemos aproveitar as lições desse passado. (Idem, 1962, p. 405-406. Grifos nossos)

Mais adiante, para reforçar sua crítica ao sistema liberal, ao comentar os resultados da política econômica adotada após a Independência, Simonsen observa: “Com referência às nossas exportações, fonte principal do nosso enriquecimento, a supressão do atrasado “sistema colonial” e a adoção do avançado “sistema econômico liberal”, no qual tantas esperanças depositava o Visconde de Cairu não deram, portanto, os resultados que se anunciavam e eram esperados.” (Idem, p. 435)

O segundo aspecto a ser destacado é, como dissemos, a introdução de novas ciências na formação dessa nova elite, como, por exemplo, a Sociologia e a Política. É claro que se estudava ambas as disciplinas no Brasil anteriormente. Mas, com a Escola, tinha-se o objetivo de ensiná-las de uma forma sistemática, dentro de uma nova problemática. Com efeito, o esforço para introduzir novas ciências e novos instrumentos teóricos é bastante compreensível dentro dessa proposta. Na Escola buscava entender o Brasil, mas entendê-lo não através de instrumentos e perspectiva tradicionais, que fatalmente conduziram às mesmas conclusões, ou seja, uma explicação bacharelesca, baseada no liberalismo e comprometida com as formas tradicionais. Tratava-se, agora, de examinar o Brasil a partir de uma nova perspectiva e difundir novas doutrinas.